PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2012
(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Altera o Art. 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de permitir a contratação de menor aprendiz pelo Microempreendedor Individual (MEI).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18-C da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18-C. Observado o disposto no Art. 18-A desta Lei Complementar, também poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que contrate:

I - um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional; e

II – até dois menores aprendizes, de acordo com o disposto nos arts. 402 a 410 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º

I - deverá reter e recolher as contribuições previdenciárias relativas aos segurados a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pelo CGSN;

II - é obrigado a prestar informações relativas aos segurados a seu serviço, na forma estabelecida pelo CGSN; e

*III - Está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do **caput** do art. 13, calculada à alíquota de 3% (três por cento), na forma e prazos estabelecidos pelo CGSN.*

.....
§ 3º

I - de entrega à Secretaria da Receita Federal do Brasil de uma única declaração com dados relacionados a fatos geradores, base de cálculo e valores dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e dos menores aprendizes e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e outras informações de interesse do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Conselho Curador do FGTS, observado o disposto no § 7º do art. 26;

II - do recolhimento dos tributos previstos nos arts. 18-A e 18-C, bem como do FGTS e da contribuição para a Seguridade Social descontada do empregado e dos menores aprendizes.

.....
§ 6º *Aplica-se o disposto no § 7º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, na hipótese de recolhimento do FGTS relativo aos menores aprendizes.” (NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que instituiu a figura do Microempreendedor Individual, já beneficiou, até novembro de 2011, aproximadamente 1 milhão e 800 mil pequenos negócios em todo o Brasil. A previsão é que mais de 2 milhões de pequenos empresários sejam contemplados em 2012. Ao se registrarem como empreendedores individuais, os contribuintes passam a ter direito a aposentadoria, pensão, licença médica, cobertura em caso de acidente de trabalho e licença maternidade. Com a formalização, o empreendedor individual passa a ter CNPJ, pode emitir nota fiscal e participar de licitações do governo e tem acesso a juros bancários menores.

Por essas razões, a presente proposta visa incentivar ainda mais o ingresso e a manutenção de novos empreendedores no regime de tributação do MEI, permitindo-lhes a contratação de jovens entre quatorze e dezoito anos idade.

Além disso, é certo que a iniciativa possibilitará a profissionalização de um número expressivo de adolescentes, dando-lhes a oportunidade de aprender um ofício e, ao mesmo tempo, de auxiliar na manutenção de suas famílias. Nesse sentido, o Projeto também pretende combater o preocupante crescimento do consumo de drogas como o *crack* entre os jovens com idade entre 9 e 18 anos. De acordo com dados fornecidos pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), que funciona no Departamento de Psicobiologia da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), 8,6% dos jovens brasileiros nessa faixa etária já estão envolvidos com o consumo de alguma substância entorpecente.

Portanto, em razão do forte impacto positivo que esta proposta terá sobre a nossa sociedade e sobre todos aqueles que têm espírito empreendedor, peço o apoio dos nobres Pares de ambas as Casas do Congresso Nacional para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal
PSDB/SP